

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

61 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 23 a 27/11/2020):

1. QFP 2021-27 NEXT GENERATION EU RECURSOS PRÓPRIOS	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	2
3. COMISSÃO EUROPEIA PLANO DE AÇÃO SOBRE INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO	2
4. COMISSÃO EUROPEIA VACINAS	3
5. COMISSÃO EUROPEIA ESTRATÉGIA FARMACÊUTICA PARA A EUROPA	3
6. COMISSÃO: ESTRATÉGIA PARA GOVERNAÇÃO DOS DADOS	4
7. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO	4
8. PACTO SOBRE MIGRAÇÕES E ASILO NEGOCIAÇÕES	4
9. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA	5
10. CIMEIRA UE - ÁFRICA	5
11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Videoconferência dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento	5
Videoconferência dos ministros da Investigação	5
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Parlamento Europeu	6
Comissão Europeia	6
Conselho da União Europeia	6
Reuniões interparlamentares	6

1. QFP 2021-27 | NEXT GENERATION EU | RECURSOS PRÓPRIOS

Demos nota desenvolvida, nas Sínteses n.º [59](#) e [60](#), do **acordo político alcançado** pelo [Conselho](#) e pelo [Parlamento Europeu \(PE\)](#), a 10 de novembro, **sobre os vários elementos** do pacote orçamental europeu, que inclui o QFP 2021-27, o Fundo de Recuperação Next Generation EU (NGEU), a Decisão sobre os Recursos Próprios e a condicionalidade sobre o Estado de direito no orçamento da UE. Referimos, ainda, que este acordo terá de ser formalmente aprovado pelo Conselho e pelo PE, tanto a nível das Comissões como do Plenário.

Na reunião do **COREPER de dia 16 de novembro**, a [Hungria e a Polónia inviabilizaram a adoção deste pacote orçamental](#), o que viria a ser reiterado no [Conselho de Ministros dos Assuntos Europeus](#) de 17 de novembro, nomeadamente pela sua oposição ao teor do regulamento relativo à condicionalidade sobre o Estado de direito.

Esta semana, os **Primeiros-Ministros destes dois países reuniram-se bilateralmente** para concertar posições, tendo anunciado uma [Declaração conjunta](#) em que referem que *“O nosso objectivo é impedir um mecanismo que não vai fortalecer, mas antes minar o Estado de direito na União, ao transformar-se num instrumento político”, acrescentando que “A condicionalidade proposta contorna o tratado, e utiliza definições vagas e termos ambíguos, sem estabelecer critérios claros para a aplicação de sanções e sem conter quaisquer garantias processuais”.*

Por outro lado, assinalam que *“A nossa posição foi sempre muito clara quanto a isso”* e sugerem, como solução para ultrapassar o impasse, **um processo paralelo, em “duas pistas”**:

- i) limitação imediata do âmbito da condicionalidade orçamental à protecção dos interesses financeiros da União;
- ii) de médio prazo, discutir se essa ligação entre o Estado de direito e o orçamento deve ser definitivamente estabelecida. Neste caso, *“Se essa for a decisão do Conselho Europeu, devem considerar-se todos os procedimentos previstos nos tratados, incluindo a convocação de uma conferência intergovernamental, para negociar a sua necessária modificação”,*

A Presidência alemã do Conselho da UE tem envidado esforços no sentido de superar este impasse, mas o único sinal público esta semana foi a intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) Heiko Maas no [Berlin Policy Forum](#), onde referiu estar *“confiante”* que a Hungria e a Polónia levantarão o bloqueio até ao Conselho Europeu de 10 e 11 de dezembro. Nessa mesma ocasião, o MNE português, Augusto Santos Silva, suscitou a possibilidade de ser consagrada uma *“garantia”* de que *“existe certeza jurídica no mecanismo de estado de direito criado”* e de que os países potencialmente visados *“tenham a oportunidade de se defender e de apelar ao Conselho.”*

Em termos de soluções possíveis, e segundo o que apurámos esta semana, a Comissão Europeia estará a trabalhar numa **proposta de declaração interpretativa do mecanismo de condicionalidade do Estado de direito na proteção do orçamento da UE**, que operacionalize as várias etapas da sua metodologia de aplicação. Tal permitiria **clarificar** a inexistência de elementos arbitrários no Regulamento, **garantias jurídicas** que a Polónia e a Hungria parecem reclamar, bem como precisar as possibilidades de recurso ao Tribunal de Justiça da UE no caso de ativação deste mecanismo. Uma outra questão em apreciação, e que corresponderá a uma diligência da Hungria é a **possibilidade de diferir a entrada em vigor do mecanismo para uma data ligeiramente posterior a 2021**. Tudo isto seria feito na observância do princípio de que não existe margem para renegociar o acordo entre o Conselho e o PE sobre esta matéria.

Ao que tudo indica, a questão será retomada no **Conselho Europeu de 10 e 11 de dezembro**. No debate realizado esta semana com a Presidente da Comissão Europeia, o [PE apelou ao fim deste impasse](#).

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

Esta semana, realizou-se a sessão plenária do PE, por meios remotos, sendo de destacar os seguintes debates e decisões:

- Debate com a Presidente da Comissão Europeia para [preparação do Conselho Europeu de 10 e 11 de dezembro](#);
- Resolução sobre o [impacto da COVID-19 na política externa da União e apelo à votação por maioria qualificada neste domínio](#)
- Resolução sobre a [revisão da estratégia industrial da UE](#)
- Resolução sobre o [estado dos direitos fundamentais na UE e preocupação com a sua deterioração](#)
- Aprovação da [Diretiva sobre Ações coletivas de proteção dos consumidores](#)
- Recomendações para acabar com as [situações dos sem-abrigo na UE até 2030](#)
- [Fundo de Solidariedade da UE](#): aprovação de 37,5 milhões de euros para Portugal o âmbito da COVID-19

3. COMISSÃO EUROPEIA|PLANO DE AÇÃO SOBRE INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

A Comissão [apresentou](#), esta semana, o [plano de ação sobre integração e inclusão para o período 2021-2027](#), que reconhece a importância da contribuição dos migrantes para a UE e visa eliminar as barreiras que podem impedir a participação e inclusão de pessoas com antecedentes migratórios, dos recém-chegados aos cidadãos, na sociedade europeia.

O [Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo](#) destaca que uma política de integração e inclusão bem-sucedida faz parte integrante de uma política de migração e asilo bem gerida e efetiva, bem como é essencial para a coesão social e para uma economia dinâmica.

O plano de ação sobre integração e inclusão ([nota informativa](#)) complementa as estratégias da UE, existentes e futuras, e será implementado com o futuro plano de ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e o [Plano Europeu de Ação contra o Racismo](#). Estará estreitamente ligado ao [quadro estratégico da UE para a igualdade, a inclusão e a participação dos ciganos](#), à [Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025](#), à [Estratégia para a Igualdade das Pessoas LGBTIQ 2020-2025](#), à futura estratégia para lutar contra o antissemitismo e ao relatório sobre a cidadania da UE. Foi baseado numa [consulta pública](#), cujas [respostas](#) estão disponíveis.

É proposto um **apoio orientado e adaptado** que tenha em consideração características individuais que possam apresentar desafios específicos para as pessoas com antecedentes migratórios, como a questão do género ou dos antecedentes religiosos, através de:

- **Educação e formação inclusivas** do ensino pré-escolar ao ensino superior: reconhecimento das qualificações e da aprendizagem contínua de **línguas**;
- **Melhoria das oportunidades de emprego e do reconhecimento das competências** a fim de valorizar por completo a contribuição das comunidades de migrantes, e das

- mulheres em particular, e de garantir que sejam apoiados para alcançar o seu máximo potencial;
- **Promoção do acesso aos serviços de saúde**, incluindo cuidados de saúde mental, para as pessoas com antecedentes migratórios;
- **Acesso a uma habitação adequada e a preços acessíveis** financiado através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Social Europeu Mais, do Fundo para o Asilo e a Migração e do programa InvestEU.

4. COMISSÃO EUROPEIA | VACINAS

A Comissão Europeia **aprovou esta semana o sexto contrato no âmbito da estratégia da UE em matéria de vacinas**, com a empresa farmacêutica **Moderna**, e que prevê a [aquisição inicial de 80 milhões de doses](#), bem como a opção de requerer 80 milhões de doses suplementares, uma vez comprovada a segurança e a eficácia de uma vacina contra a COVID-19. A Comissão alarga assim a carteira de vacinas cuja produção será feita na Europa e que inclui os contratos já assinados [com a AstraZeneca](#), [Sanofi-GSK](#), [Janssen Pharmaceutica NV](#), [BioNTech-Pfizer](#), e o contrato aprovado com a [CureVac](#).

5. COMISSÃO EUROPEIA | ESTRATÉGIA FARMACÊUTICA PARA A EUROPA

A Comissão [adotou](#) a 25 de novembro uma [Estratégia Farmacêutica para a Europa](#) cujos objetivos primordiais são:

- Garantir o **acesso a medicamentos baratos** para os doentes e responder a necessidades médicas (na área da resistência antimicrobiana, do cancro e das doenças raras, por exemplo);
- Apoiar a **competitividade, a inovação e a sustentabilidade** da indústria farmacêutica da UE e o desenvolvimento de medicamentos de elevada qualidade, seguros, eficazes e mais ecológicos;
- Reforçar os **mecanismos de preparação e resposta** a situações de crise e abordar a questão da segurança do aprovisionamento;
- Garantir uma **presença europeia forte no mundo**, ao promover um elevado nível das normas de qualidade, eficácia e segurança.

Esta [estratégia](#) contribuirá para a maior **preparação e resiliência** do setor farmacêutico europeu em resposta às crises e propõe ações concretas para garantir a **acessibilidade, disponibilização e razoabilidade de preços dos medicamentos**, diversificando-se as cadeias de abastecimento, garantindo a autonomia da estratégia aberta a UE no mundo e promovendo a sustentabilidade ambiental dos medicamentos. A sua implementação inclui [ações legislativas e não legislativas](#) e a criação de sinergias com o Pacto Ecológico Europeu, a [abordagem estratégica](#) da UE dos produtos farmacêuticos para reduzir o risco ambiental, a [poluição causada pelos resíduos farmacêuticos](#) e o [plano de ação em matéria de propriedade intelectual](#).

A estratégia será discutida a nível político na reunião do Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores no dia 2 de dezembro de 2020.

6. COMISSÃO: ESTRATÉGIA PARA GOVERNAÇÃO DOS DADOS

Esta semana, a [Comissão Europeia](#) propôs **novas regras em matéria de governação dos dados (*Data Governance Act*)**. O [regulamento](#) facilitará a partilha de dados em toda a UE e entre setores, a fim de criar riqueza para a sociedade, aumentar o controlo e a confiança dos cidadãos e das empresas sobre os seus dados, e oferecer um modelo alternativo europeu ao tratamento de dados das principais plataformas tecnológicas, permitindo a abertura de espaços de dados cuja criação se encontrava prevista na [estratégia para os dados](#).

Incluem-se assim nas novas regras apresentadas: medidas destinadas a **aumentar a confiança na partilha de dados**; criação de novas **regras da UE em matéria de neutralidade**, permitindo que os novos intermediários de dados funcionem enquanto organizadores fiáveis de partilha de dados; medidas destinadas a **facilitar a reutilização de determinados dados detidos pelo setor público**; meios para **dar aos europeus o controlo** sobre a utilização dos dados que geram.

Está assim em causa a criação de uma base para uma nova forma europeia de governação dos dados, em consonância com os valores e princípios da UE, como a proteção dos dados pessoais, a proteção dos consumidores e as regras de concorrência, oferecendo um modelo alternativo às práticas de tratamento de dados das grandes plataformas tecnológicas, criando um modelo baseado na neutralidade e transparência dos intermediários de dados.

Prevê-se que, em 2021, sejam apresentadas propostas mais específicas em matéria de espaços de dados, complementadas por um ato legislativo sobre os dados para promover a partilha de dados entre empresas, e entre as empresas e as administrações públicas.

7. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO

As negociações [prosseguem](#), mas com **poucos sinais de progresso**. Esta semana, houve nota de uma **proposta jurídica de compromisso**, que seria a inclusão de uma cláusula de revisão de um possível acordo comercial ao final de 4 anos. O teor desta proposta suscitou [interpretações distintas](#), mas poderá ser uma via a explorar. No PE, que terá de dar o seu acordo a qualquer Tratado sobre as relações futuras, o Presidente David Sassoli tem promovido consultas com os líderes dos Grupos Políticos para definir a estratégia e o calendário, sendo possível a convocação de um Plenário na semana entre o Natal e o Ano Novo para essa votação.

Recorde-se que o **processo legislativo interno sobre a [Internal Market Bill](#)**, que a UE exige que seja expurgado das normas que considera violar o Acordo de Saída, apenas será retomado na Câmara dos Comuns no dia 7 de dezembro.

8. PACTO SOBRE MIGRAÇÕES E ASILO | NEGOCIAÇÕES

Esta semana, a Presidência alemã circulou um **documento de enquadramento sobre um dos elementos principais do Pacto, que é o [patrocínio dos regressos](#)**, mecanismo mediante o qual um Estado-Membro assume a responsabilidade pelo regresso de uma pessoa sem direito a permanecer na UE em nome de outro Estado-Membro. Do ponto de vista da Comissão, tal materializa a solidariedade entre os Estados-Membros.

No entanto, nas discussões havidas esta semana entre os Estados-Membros, esta questão suscitou **reservas em alguns Estados-Membros** (Áustria e.g.), argumentado nomeadamente que tal pode ser uma outra forma de recolocação de migrantes entre Estados-Membros. Os países do sul,

nomeadamente Itália, Espanha, Malta e Grécia, consideram, por seu lado, que o **conceito de recolocação obrigatória deve permanecer e ser o principal instrumento de solidariedade**.

9. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Esta semana, tivemos nota informal de que as negociações entre as instituições avançaram bastante nos últimos dias e que **é possível que o lançamento da Conferência tenha lugar em meados de dezembro**, com um evento simbólico (em formato virtual ou híbrido) para arranque dos trabalhos. O nome para liderar a Conferência é a [ex-Primeira-Ministra dinamarquesa Helle Thorning-Schmidt \(S&D\)](#), algo que ainda carece de confirmação formal. O âmbito da Conferência terá duas fileiras, uma substancial e muito centrada nas questões que não exijam revisão de Tratados (nomeadamente, a política de saúde), e outra, impulsionada pelo PE, focada em questões institucionais (direito de iniciativa do PE, *Spitzenkandidaten*, listas transnacionais).

Por conseguinte, será Portugal a primeira Presidência a empreender iniciativas concretas para concretizar esta Conferência.

10. CIMEIRA UE - ÁFRICA

A sexta Cimeira União Africana-União Europeia, prevista para o final de outubro de 2020, foi adiada (previsivelmente) para a primavera de 2021. No **dia 9 de dezembro**, terá lugar uma [Cimeira de Líderes UE - União Africana](#), estando a UE representada pelo Presidente do Conselho Europeu, pela Presidente da Comissão Europeia e pelo Alto Representante Josep Borrell.

11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Videoconferência dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento

Reuniram no dia 23 de novembro para [debater](#) o **alívio da dívida**, do investimento e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente no contexto da **resposta mundial à COVID-19** e do **esforço de recuperação**, com a participação da diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, dos presidentes do Banco Europeu de Investimento (BEI), do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e do presidente do Clube de Paris. Foi também discutida a forma como a Equipa Europa pode complementar os esforços de alívio da dívida desenvolvidos a nível multilateral (**recuperação resiliente, sustentável e ecológica**), assim como o [Plano de Ação III da UE em matéria de Igualdade de Género](#). Além disso, foi feito o ponto de situação das negociações sobre o **Acordo pós-Cotonu, o Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDI)**.

Videoconferência dos ministros da Investigação

Os ministros [discutiram](#), no dia 27 de novembro, as metas de investimento em I&D no futuro [Espaço Europeu da Investigação \(EEI\)](#), o orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027 ([Horizonte Europa](#) e ao Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia), os progressos recentes em matéria de iniciativas no domínio da ciência aberta - Nuvem Europeia para a [Ciência Aberta](#) e a Plataforma Política para a Ciência Aberta - o ponto de situação das [parcerias europeias](#)

[institucionalizadas](#) e o mais recente [parecer científico](#) conjunto sobre o reforço da preparação e gestão de pandemias. Portugal apresentou o **programa de trabalho da próxima Presidência**.

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho das [Comissões Parlamentares do PE](#), com destaque para o debate da [Comissão de Emprego e Assuntos Sociais \(EMPL\)](#) com o [Comissário Nicolas Schmit](#), a audição pública sobre o [futuro do turismo](#), a votação sobre a [implementação da legislação da UE sobre a água](#), o debate sobre o [futuro da defesa e o espaço](#), a discussão sobre os [preços da energia na UE](#), o debate com o Comissário da Agricultura sobre os [planos estratégicos nacionais sobre a PAC](#), a troca de impressões sobre a [implementação dos acordos comerciais da UE](#), e a [audição sobre práticas desleais e distorcivas em matéria fiscal](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [24 de novembro](#), com a adoção - entre outros - do *Plano de Ação da UE para a Democracia* e a *Nova Estratégia para a implementação da Carta dos Direitos Fundamentais*.

Conselho da União Europeia

- 30.11: [Videoconferência do Eurogrupo](#), [Videoconferência dos ministros da Educação e Videoconferência dos ministros responsáveis pela Juventude](#)
- 01.12: [Videoconferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros UE-ASEAN](#), [Videoconferência dos ministros da Cultura e do Audiovisual](#), [Videoconferência dos ministros da Economia e das Finanças](#), [Ministros responsáveis pelo Desporto](#)
- 02.12: [Videoconferência dos ministros da Saúde e dos ministros da Justiça](#)
- 03.12: [Videoconferência dos ministros do Trabalho e Assuntos Sociais](#)

Reuniões interparlamentares

Na próxima semana, e no âmbito da preparação da Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, terá **lugar a visita da Conferência de Presidentes do PE à Assembleia da República** (no dia 2.12, por videoconferência). A [reunião semestral da COSAC](#) terá lugar nos dias 30.11 e 1.12, realizando-se ainda uma [reunião interparlamentar da Comissão de Assuntos Externos do PE](#) com os Parlamentos nacionais (dia 2.12) e a primeira [Reunião Interparlamentar para avaliação das atividades da Eurojust](#) (dia 1.12).

Bruxelas | 27 de novembro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).